



Cenários fiscais

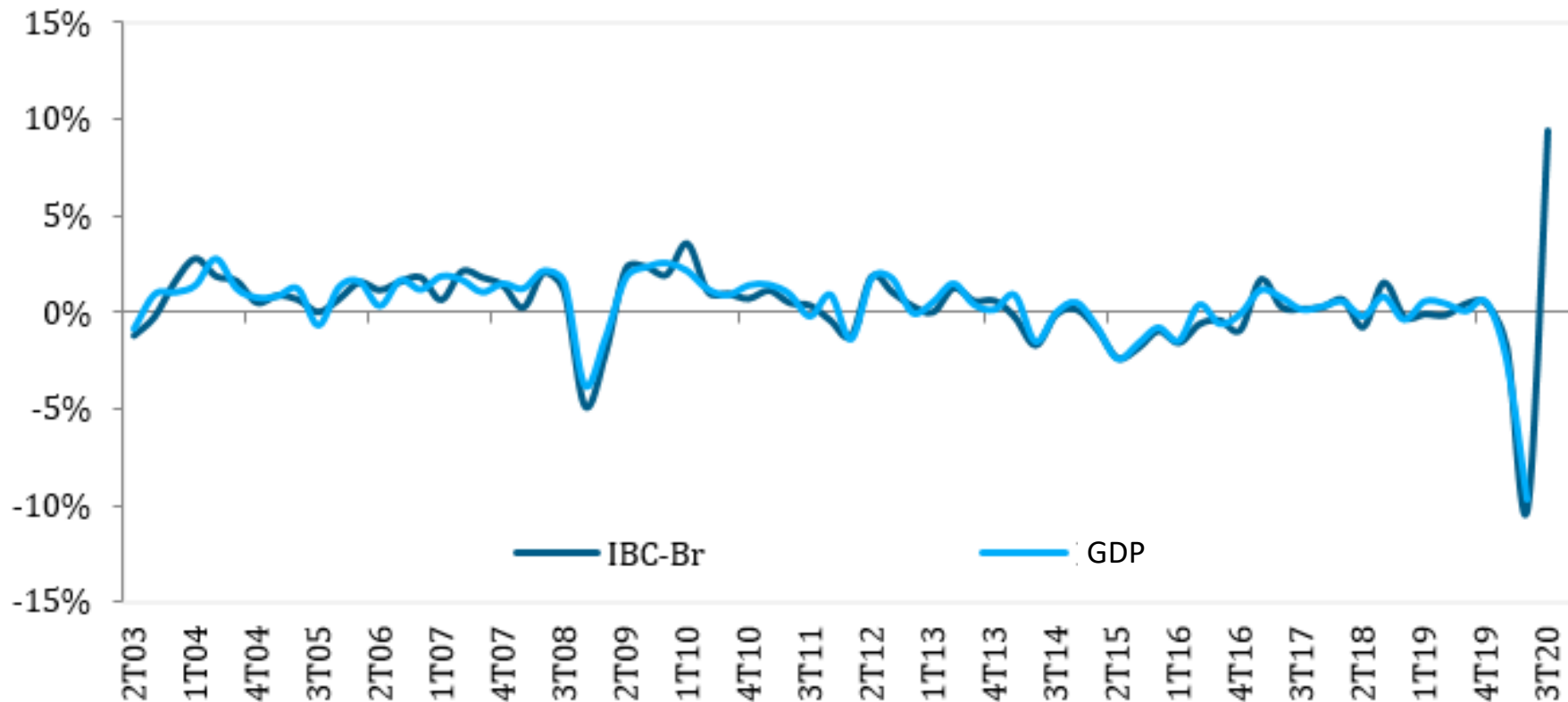
Felipe Salto

Diretor-Executivo

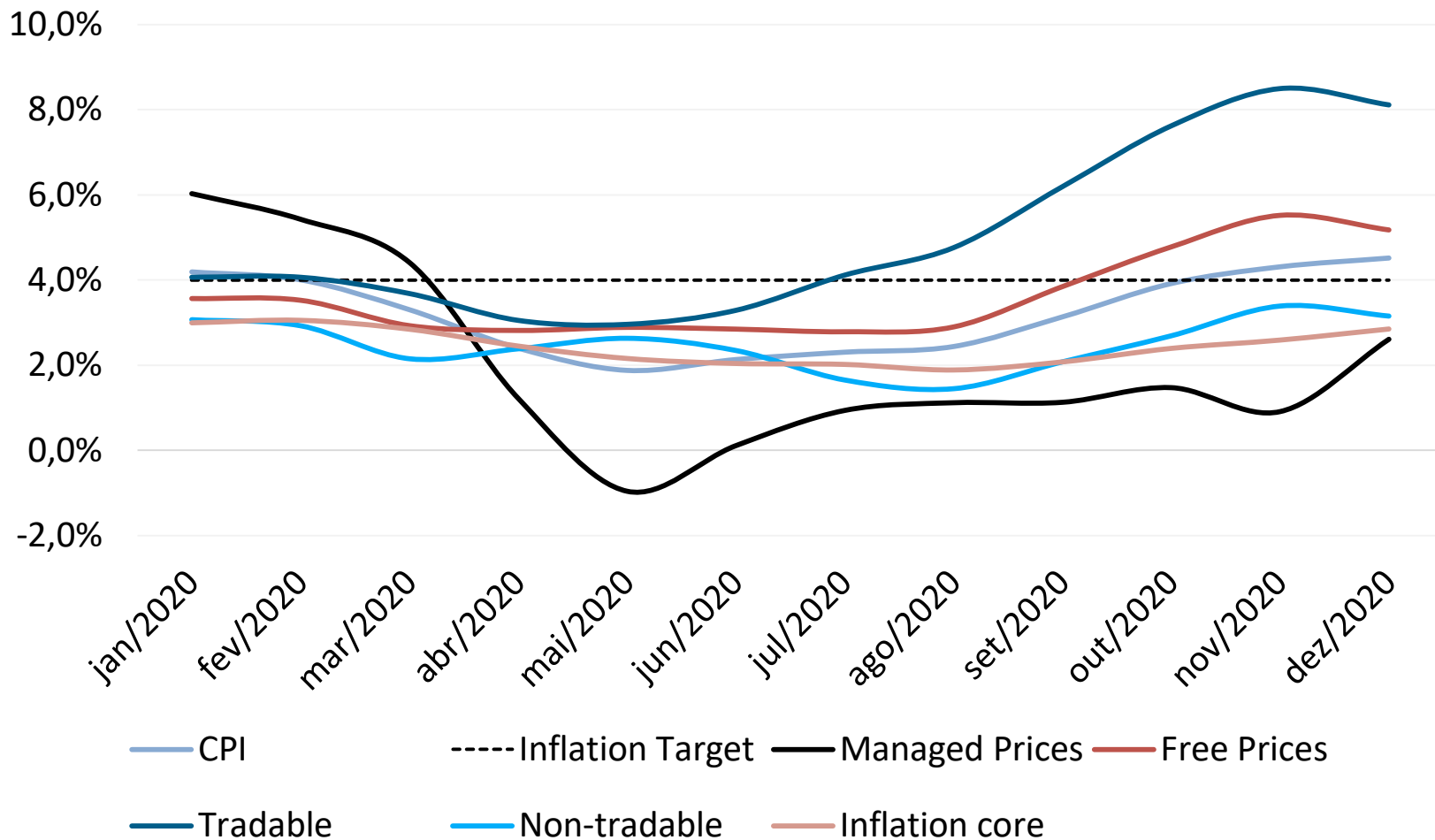
8 de fevereiro de 2021

- **Situação fiscal do país é a mais complexa de sua história**
- **PIB deve ter encerrado com queda de 4,5%, em 2020, para crescer 2,8% em 2021**
- **Déficit primário encerrou 2020 em R\$ 743,1 bilhões. Recuperação até o superávit é desafio central**
- **A dívida pública cresceu 15 pontos percentuais do PIB, em 2020 (de 74,3 para 89,3% do PIB)**
- **Risco de insolvência está afastado, mas isso não deve retirar as atenções da questão fiscal**
- **A discussão do teto de gastos e das regras fiscais é importante, sobretudo porque o ano de 2021 segue afetado pela evolução da pandemia**

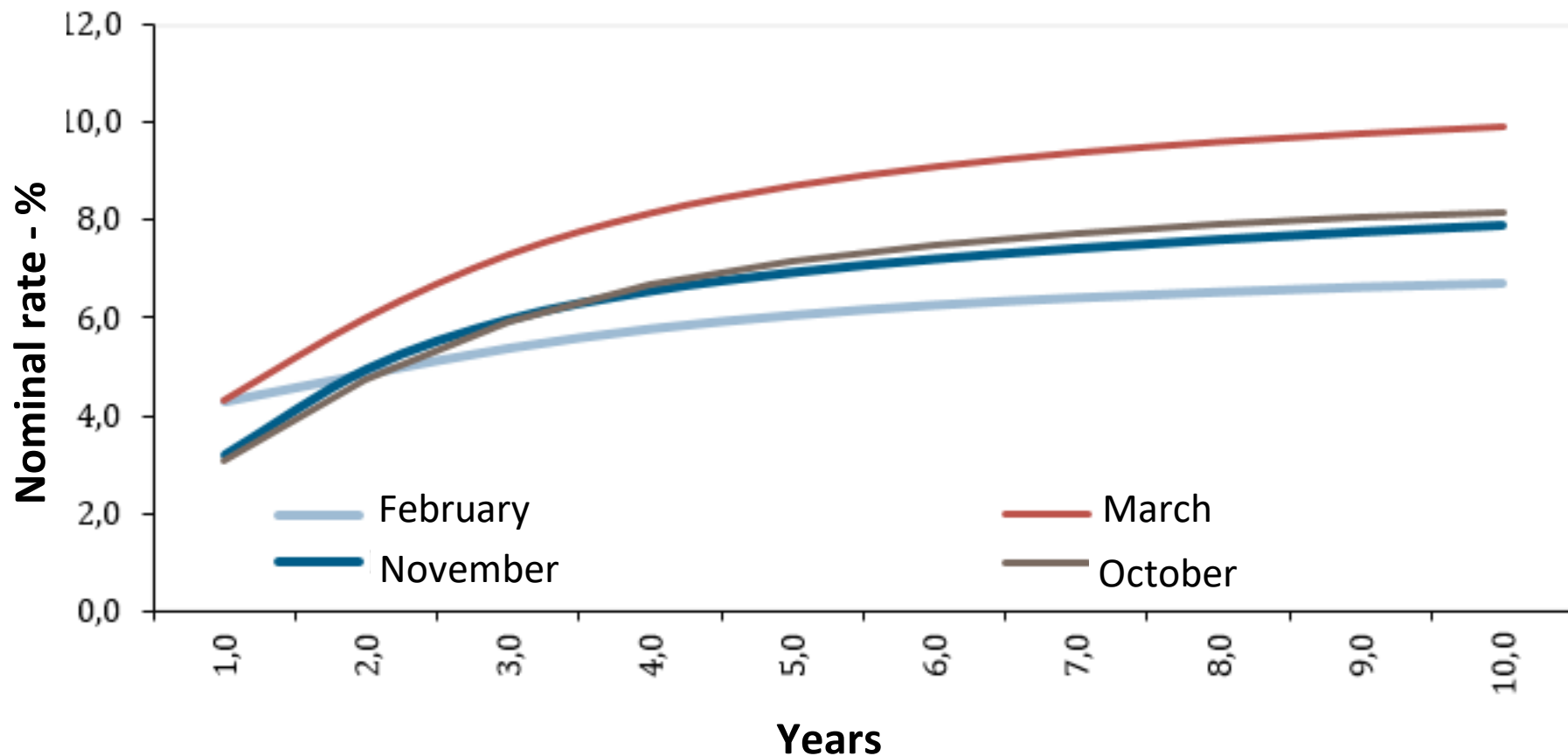
IBC-BR – quarterly variations



IPCA – 12 meses

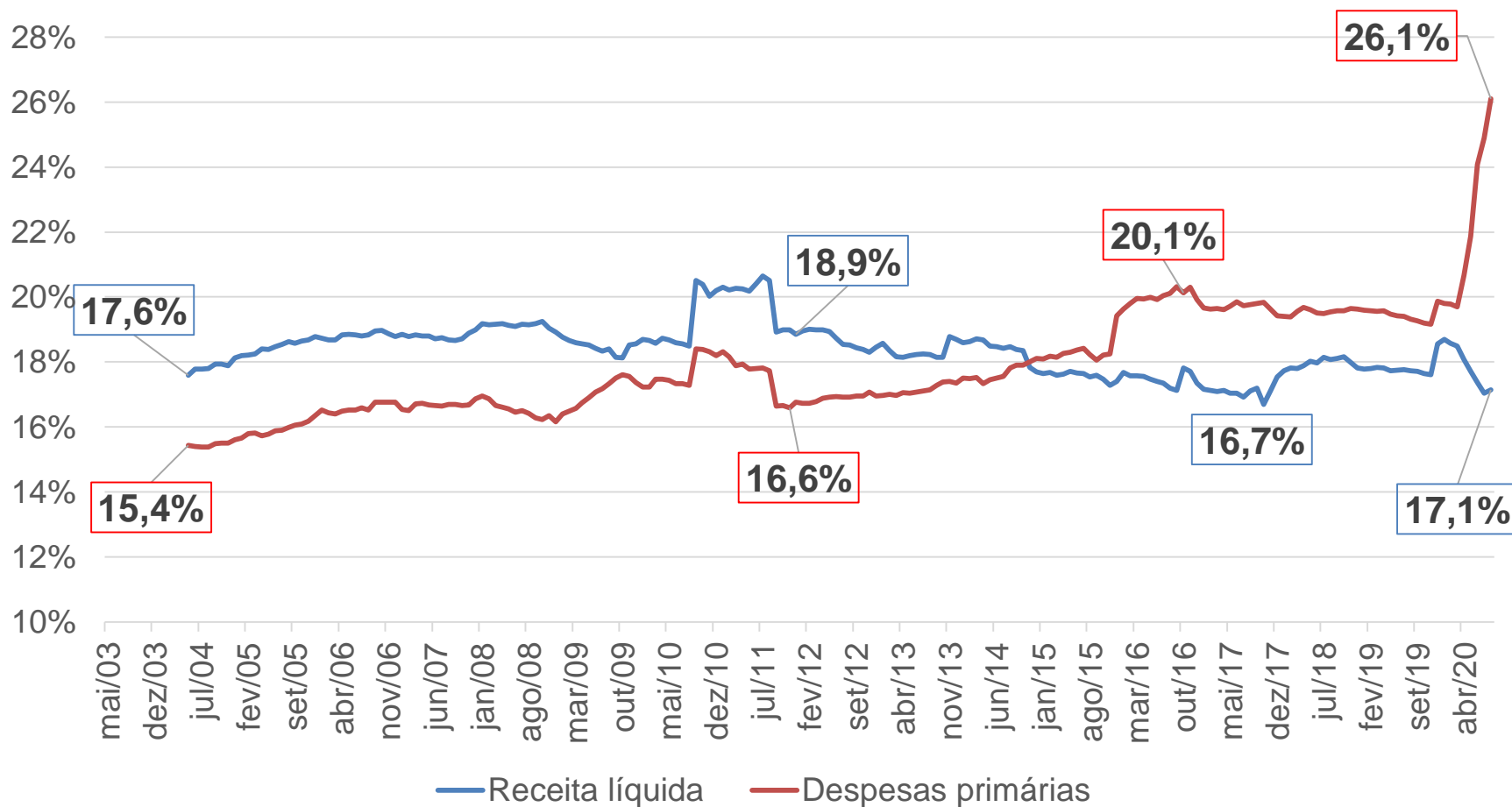


Curva de juros



Budgetary action	Budgeted	Executed
Emergency aid for vulnerable people	322,0	293,1
Transfers to states and municipalities	79,2	78,3
Guarantees in credit operations	58,1	58,1
Aid to maintain employment	51,5	33,5
Health expenditures	50,9	44,9
Transfers do credit operations	10,0	5,0
Payroll financing	6,8	6,8
Turistic infrastructure financing	5,0	3,1
Financing for the tourism sector	0,9	0,9
"Bolsa Família" (readjustment of this social transfer)	0,4	0,4
Budgetary credits to purchase of vaccines	20,0	0,0
Total	604,8	524,1

Receitas e despesas primárias do governo central em 12 meses (% do PIB)



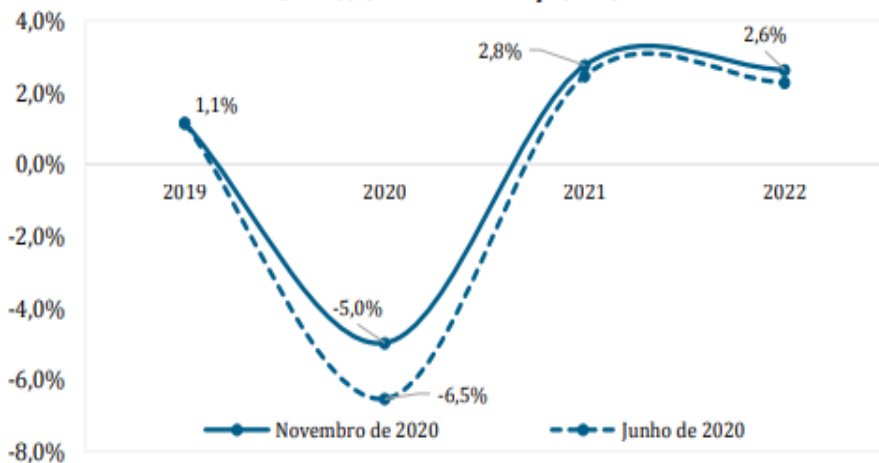
Receitas e despesas primárias – variação média anual no período (real)

Período	Receitas	Despesas
2004 a 2011	7,9%	8,1%
2012 a 2015	-0,5%	5,1%
2016 a 2019	1,7%	0,6%
ago/20 x ago/19	-4,9%	32,7%

Despesas primárias selecionadas em % do PIB

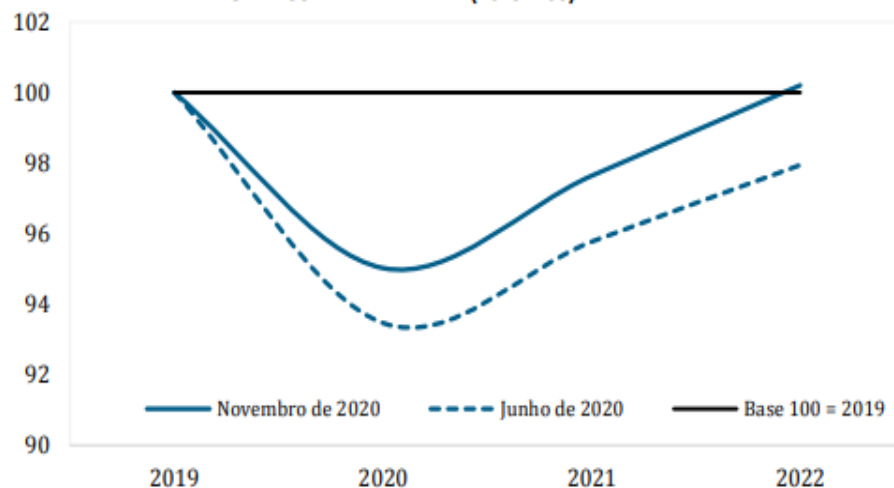
	INSS	Pessoal	Abono salarial e seguro-desemprego	BPC	Gasto discricionário	Subsídios
2004	6,4%	4,3%	0,5%	0,4%	0,0%	0,2%
2005	6,7%	4,3%	0,5%	0,4%	0,0%	0,4%
2006	6,9%	4,4%	0,6%	0,5%	0,0%	0,3%
2007	6,8%	4,3%	0,7%	0,5%	0,0%	0,3%
2008	6,4%	4,3%	0,7%	0,5%	1,9%	0,1%
2009	6,7%	4,6%	0,8%	0,6%	2,1%	0,1%
2010	6,6%	4,3%	0,8%	0,6%	3,3%	0,1%
2011	6,4%	4,1%	0,8%	0,6%	2,1%	0,2%
2012	6,6%	3,9%	0,8%	0,6%	2,2%	0,2%
2013	6,7%	3,8%	0,8%	0,6%	2,3%	0,1%
2014	6,8%	3,8%	0,9%	0,7%	2,5%	0,1%
2015	7,3%	4,0%	0,8%	0,7%	2,1%	0,9%
2016	8,1%	4,1%	0,9%	0,8%	2,3%	0,4%
2017	8,5%	4,3%	0,8%	0,8%	1,8%	0,3%
2018	8,5%	4,3%	0,8%	0,8%	1,9%	0,2%
2019	8,6%	4,3%	0,8%	0,8%	1,7%	0,2%

GRÁFICO 3. TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL



Fonte: IBGE e IFI. Elaboração: IFI.

GRÁFICO 4. PIB EM NÍVEL (2019=100)



Fonte: IBGE e IFI. Elaboração: IFI.

TABELA 1. COMPARAÇÃO COM A ESTIMATIVA DE OUTRAS INSTITUIÇÕES (PIB)

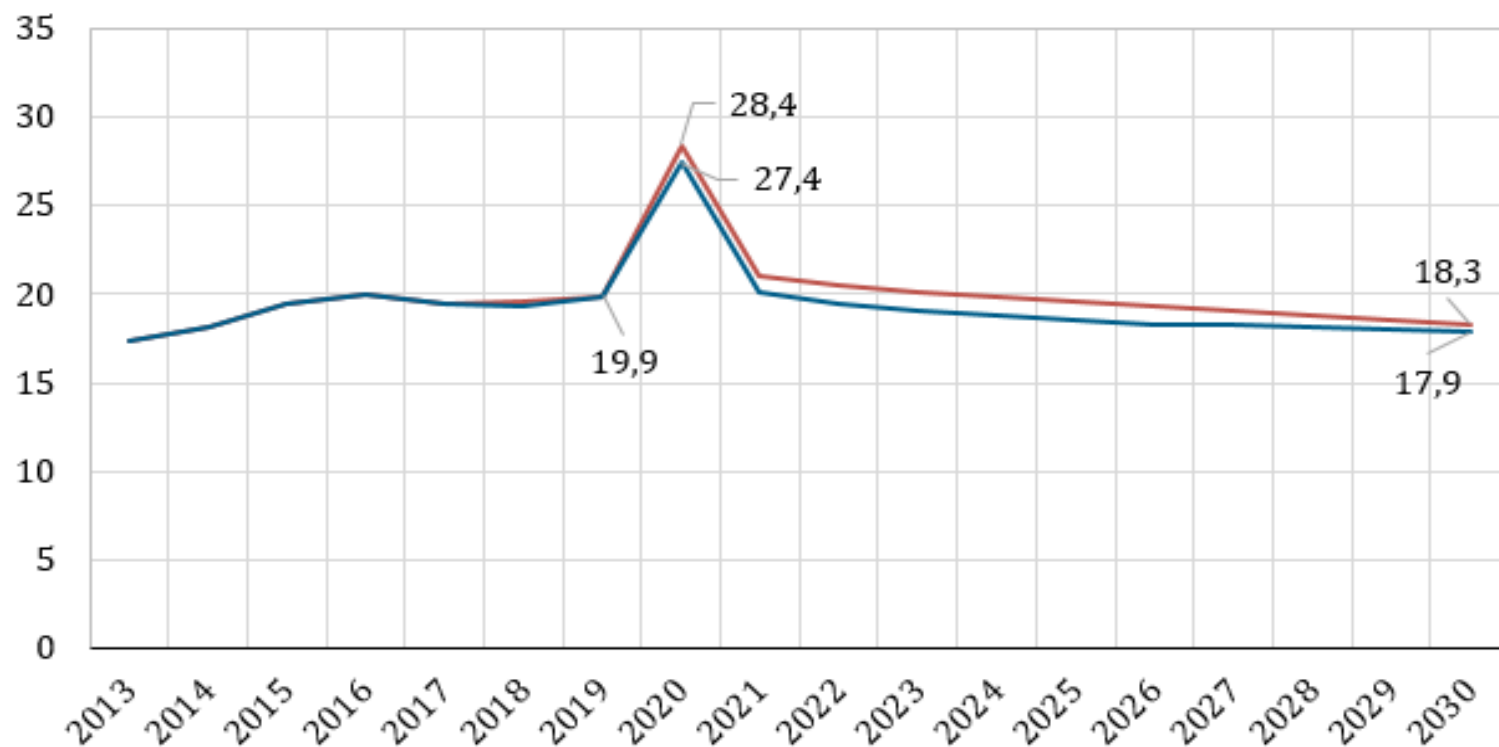
	IFI	SPE ²	FGV/ IBRE ³	Ipea ⁴	Banco Central ⁵	Banco Mundial ⁶	FMI ⁷
2020	-5,0%	-4,7%	-5,1%	-5,0%	-5,0%	-5,4%	-5,8%
2021	2,8%	3,2%	3,5%	3,6%	3,9%	3,0%	2,8%

Elaboração: IFI.

Source: IFI. Obs.: A IFI já impôs viés de baixa à queda de 5%, para 2020, indicando estimativa de 4,5% como a mais provável). Trajetória será revisada em 22/2.

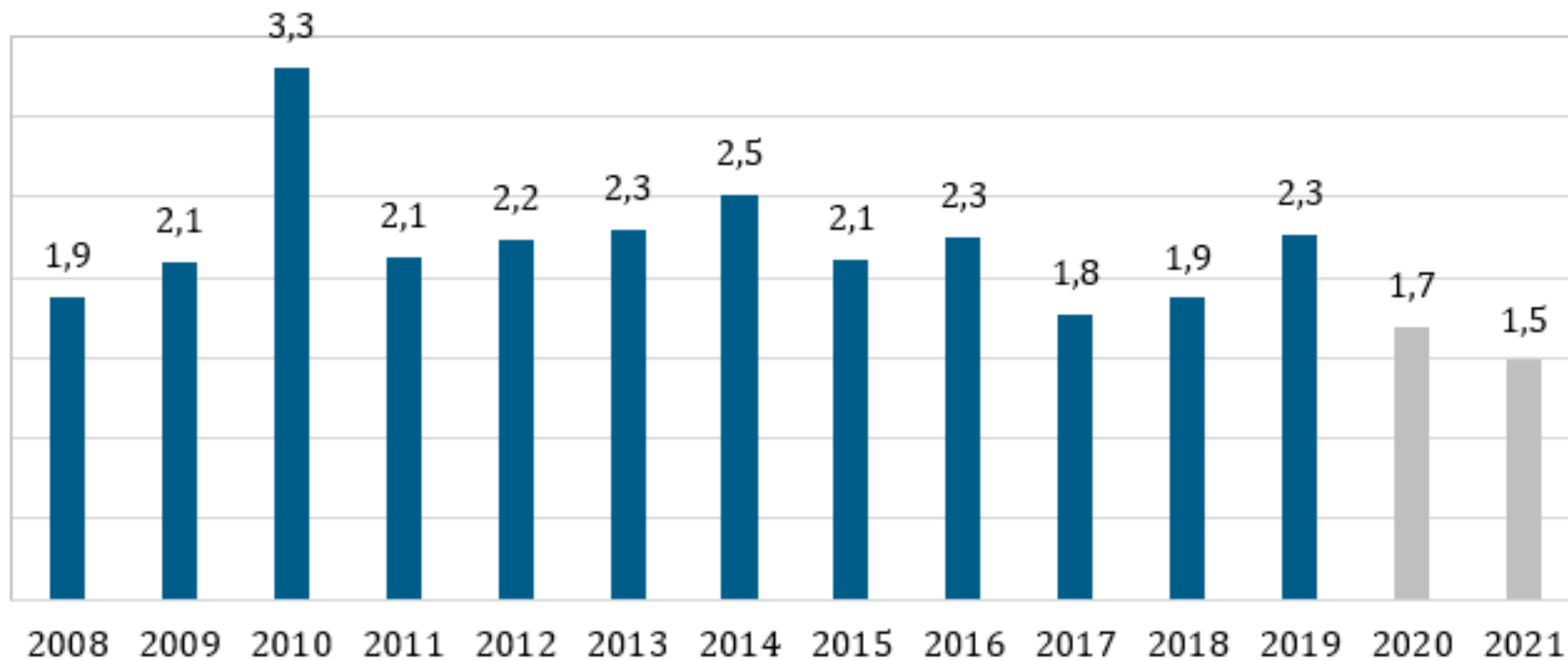
DESPESAS PRIMÁRIAS - CENÁRIO BASE (% PIB)

— Junho/20 — Novembro/20



Fonte: Tesouro (2013 a 2019) e IFI (anos seguintes).

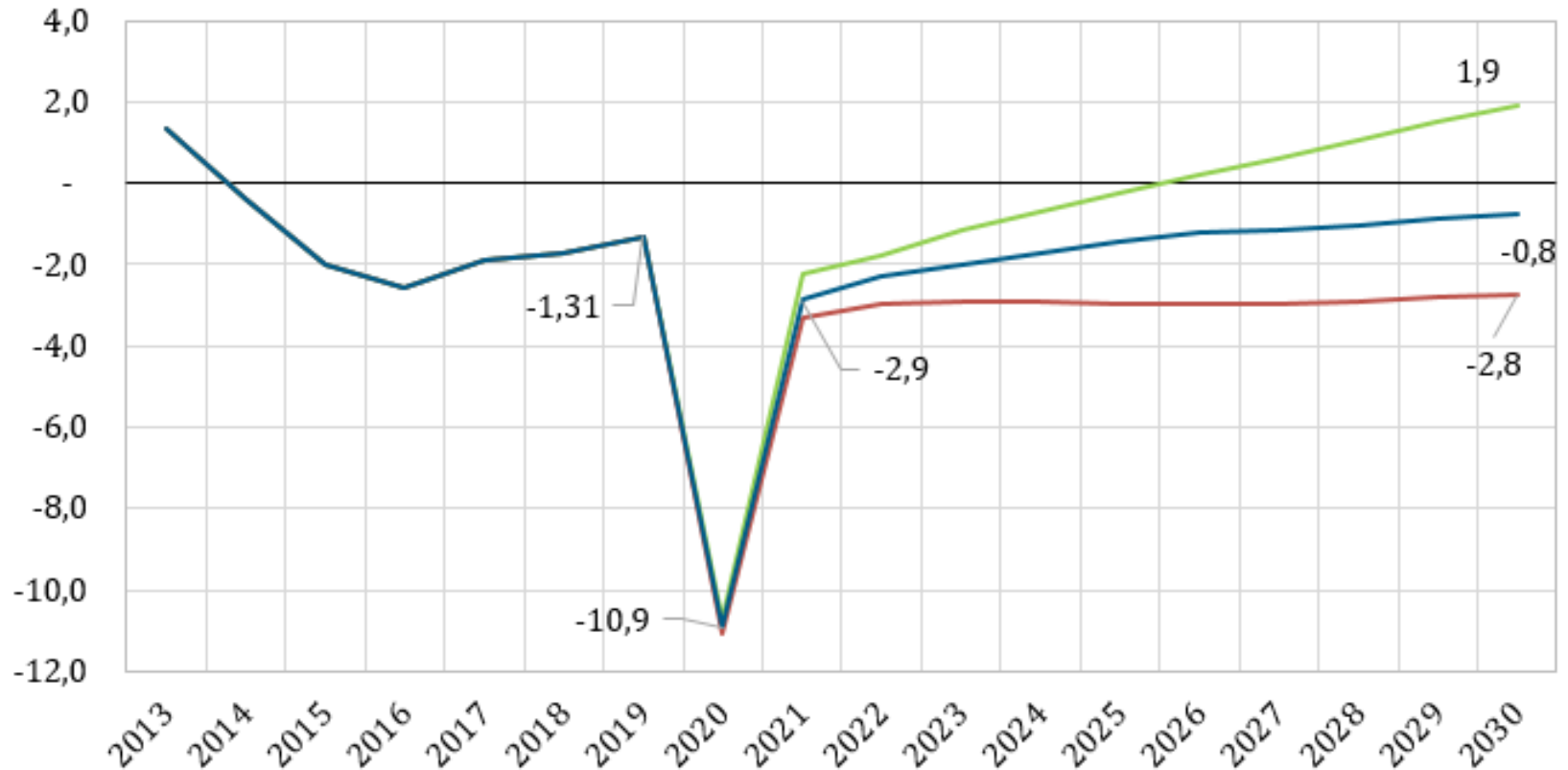
GASTO DISCRICIONÁRIO (% DO PIB)



Fonte: Tesouro (2008 a 2019) e IFI

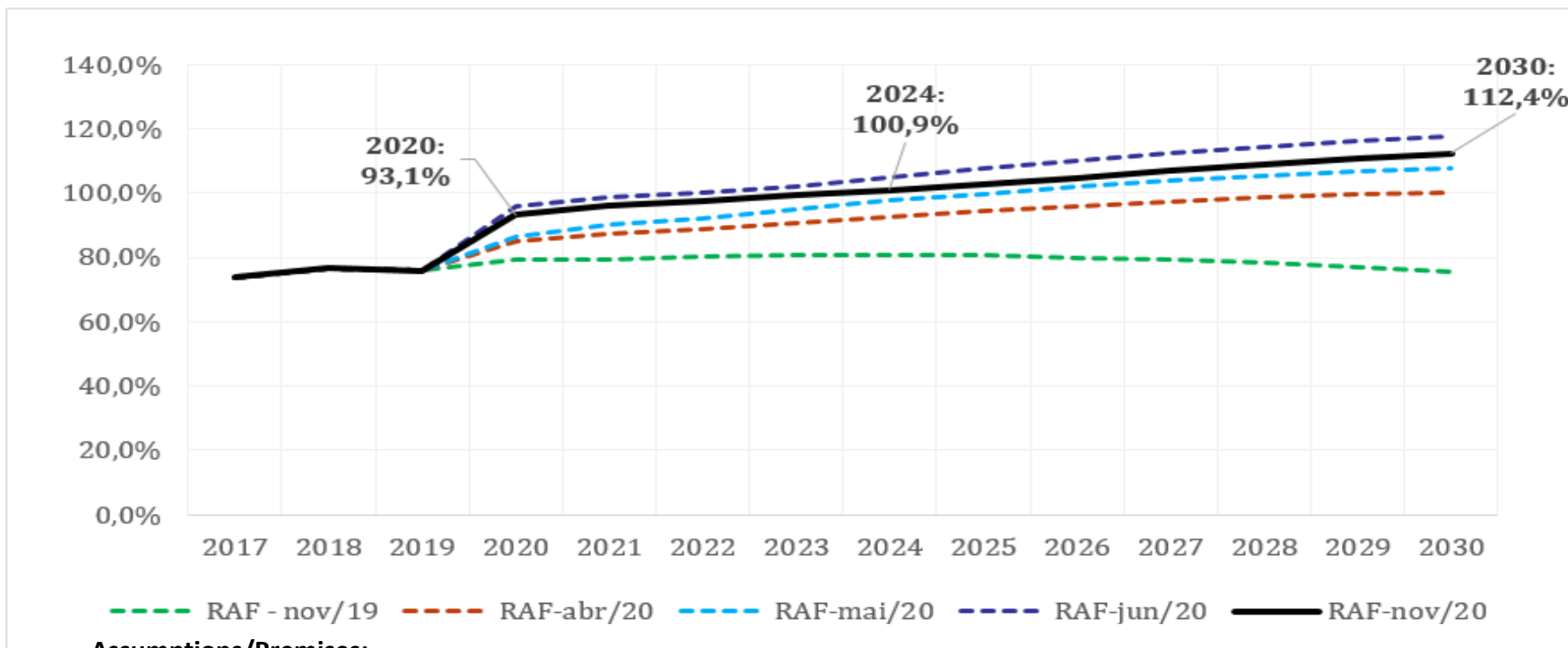
RESULTADO PRIMÁRIO - CENÁRIOS (% DO PIB)

Otimista Pessimista Base



Fonte: IFI.

Gross debt – baseline scenario



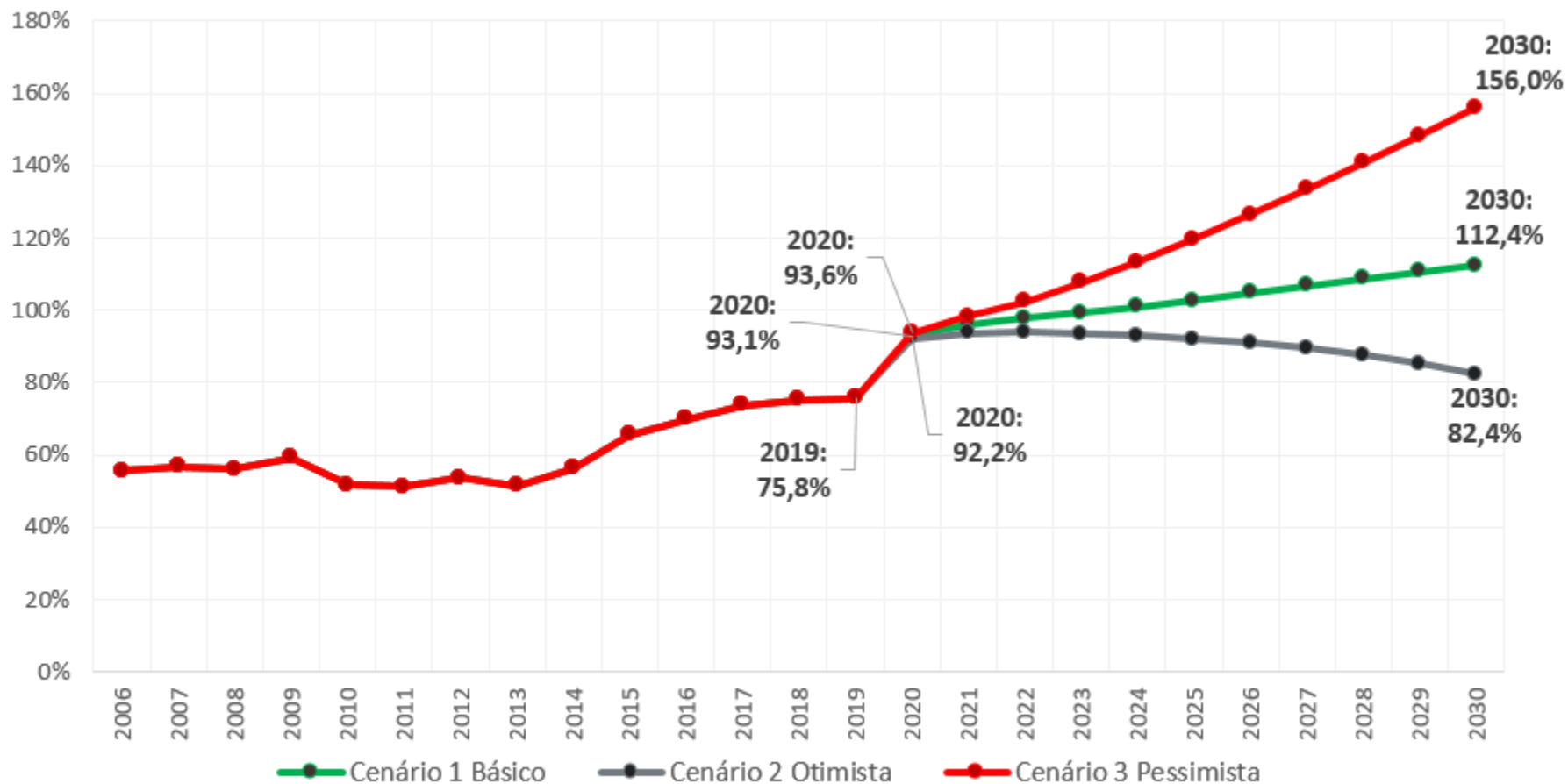
Assumptions/Premises:

	Cenário base				
	nov/19	abr/20	mai/20	jun/20	nov/20
Primary deficit (billion reals)	33,7	-188,1	-255,8	-287,2	-197,5
Nominal GDP (billion reals)	10.626	10.186	10.186	9.639	9.988
Real GDP - % change	2,3%	1,9%	1,9%	1,5%	1,7%
Real interest rate (%)	3,0%	2,8%	2,8%	2,5%	2,0%

Fonte: IFI.

Dívida bruta nos três cenários da IFI

PROJEÇÕES ATUALIZADAS PARA A DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL – BASE, OTIMISTA E PESSIMISTA (% DO PIB)



Fonte: IFI.

- As projeções da IFI indicam rompimento do teto em 2021
- O nível de gastos discricionários previsto na LDO está em 83,9 bilhões (sem contar os 16,3 bilhões de emendas parlamentares, que são impositivas)
- O gasto obrigatório representa cerca de 95% da despesa primária total
- No curto prazo, é muito difícil realizar ajustes que permitam cortar expressivamente a despesa obrigatória
- O governo tem ainda de lidar com o equacionamento do novo auxílio emergencial

O problema do teto de gastos

- O rompimento é uma hipótese prevista na EC 95, mas a má redação impede, pela interpretação majoritária, o acionamento dos chamados gatilhos do teto
- **Este seria o principal objetivo de uma PEC nos moldes da PEC emergencial (em tramitação)**
- O governo propôs a PEC emergencial, em 2019, para tentar reforçar os gatilhos e permitir o seu acionamento, mas criou outras regras, ligadas ao nível de gastos obrigatórios
- O cenário pandêmico impôs novas restrições e a sua persistência, em 2021, coloca ainda mais incerteza no quadro geral

- A agenda do Congresso, sob as novas lideranças, indica prioridade para as questões ligadas à vacinação, ao auxílio emergencial e ao orçamento de 2021, ainda não aprovado
- Reforma tributária
- Reforma do Estado ou administrativa
- Efeitos fiscais são incertos e há dificuldade de tramitação